



MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 047, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025

Institui a Política Municipal de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital e nas Comunicações Oficiais do Município de Agrolândia, estabelece diretrizes e medidas administrativas correlatas e dá outras providências.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Colenda Câmara de Vereadores o Projeto de Lei nº 047, de 11 de setembro de 2025, que institui a Política Municipal de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital e nas Comunicações Oficiais do Município de Agrolândia, estabelece diretrizes e medidas administrativas correlatas e dá outras providências.

A proposta tem como objetivo central garantir a dignidade, a saúde, a integridade psicológica e sexual de crianças e adolescentes em ambientes digitais sob gestão do Poder Público municipal, bem como nos eventos e comunicações oficiais de órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta.

Além disso, o projeto estabelece princípios, diretrizes e vedações específicas quanto ao uso da imagem, voz e dados de menores, disciplinando de forma clara a responsabilidade da gestão pública e dos entes privados parceiros do Município quanto à proteção de direitos da infância e juventude.

A matéria está em consonância com a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais normas de proteção integral, representando um importante avanço na promoção de ambientes públicos e digitais mais seguros, inclusivos e respeitosos.

Diante da relevância do tema, solicito a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei, por tratar-se de iniciativa de interesse público notório e de alta prioridade para a promoção dos direitos da criança e do adolescente em nosso Município.

Agrolândia/SC, 11 de setembro de 2025.

Gianfranco Christiano Mohr
Prefeito Municipal





PROJETO DE LEI Nº 047, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025

Institui a Política Municipal de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital e nas Comunicações Oficiais do Município de Agrolândia, estabelece diretrizes e medidas administrativas correlatas e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Agrolândia, a Política Municipal de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital – doravante denominada Política Municipal de Proteção Digital, com a finalidade de promover, prevenir e proteger a dignidade, a saúde, a integridade psicológica e sexual de crianças e adolescentes em ambientes digitais e nas comunicações oficiais do Poder Público municipal.

§ 1º A Política observará, entre outros, os princípios do melhor interesse da criança e do adolescente, da prioridade absoluta, da dignidade da pessoa humana, da liberdade de expressão e do pluralismo, da laicidade estatal e da proteção de dados pessoais.

§ 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - criança e adolescente: as pessoas com idade, respectivamente, até 12 (doze) anos incompletos e entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos, nos termos da legislação federal;

II - ambientes digitais sob gestão municipal: sítios eletrônicos, aplicativos, perfis, páginas ou contas oficiais do Município em redes sociais, plataformas de compartilhamento de conteúdo e serviços de mensagens, bem como redes e equipamentos conectados disponibilizados em espaços públicos municipais;

III - conteúdo impróprio: material que, ainda que de caráter didático ou informativo, seja inadequado à etapa de desenvolvimento de crianças e adolescentes por conter erotização, sexualização precoce, pornografia, obscenidade, exploração sexual, ou violência extrema, real ou simulada, observado o disposto na legislação federal;

IV - dados pessoais de crianças e adolescentes: quaisquer informações relacionadas a pessoas com idade inferior a 18 (dezoito) anos, inclusive imagem, voz, nome, geolocalização, identificadores eletrônicos e metadados.





Art. 2º Esta Lei aplica-se aos órgãos e entidades da Administração Pública municipal direta e indireta, fundos especiais e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município, e, no que couber, a organizações da sociedade civil e pessoas jurídicas ou físicas que:

I - executem contratos, convênios, termos de colaboração, fomento, parceria ou patrocínio com o Município;

II - utilizem bens públicos municipais, espaços públicos, equipamentos ou recebam autorizações, licenças ou alvarás para eventos com potencial acesso por crianças e adolescentes;

III - recebam incentivos fiscais ou financeiros municipais vinculados a projetos com participação de crianças e adolescentes.

Parágrafo único. As obrigações previstas nesta Lei restringem-se ao âmbito de atuação e às competências administrativas do Município, vedada qualquer inovação em matéria penal, processual penal ou de telecomunicações.

CAPÍTULO II DIRETRIZES E VEDAÇÕES

Art. 3º Constituem diretrizes da Política Municipal de Proteção Digital:

I - promoção de ambientes digitais seguros, inclusivos e adequados às diferentes faixas etárias;

II – respeito às diretrizes educacionais nacionais e às normas dos sistemas municipal, estadual e federal de ensino;

III - fortalecimento da atuação articulada entre Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Direitos Humanos, Conselho Tutelar, CMDCA e demais órgãos de proteção;

IV - valorização da família como núcleo básico de proteção, sem discriminação de qualquer natureza, observada a laicidade do Estado;

V - transparência, participação social e controle social da política pública;

VI - adoção de medidas de governança em proteção de dados pessoais para crianças e adolescentes.

Art. 4º É vedado, no âmbito da Administração municipal e dos ambientes digitais sob sua gestão, bem como em eventos, projetos e ações por ela organizados, autorizados ou patrocinados:

I - produzir, hospedar, divulgar, patrocinar ou facilitar o acesso de crianças e adolescentes a conteúdo pornográfico, obsceno, sexualizado ou de violência extrema;





II - utilizar a imagem, a voz ou quaisquer dados de crianças e adolescentes, com fins de promoção institucional, publicitária ou de engajamento em redes sociais, sem a devida base legal e sem as salvaguardas previstas nesta Lei;

III - publicar materiais com classificação indicativa incompatível com a faixa etária do público-alvo, quando a ação, projeto ou evento tiver participação ou acesso de crianças e adolescentes;

IV - expor crianças e adolescentes a situações vexatórias, de constrangimento ou de erotização precoce em atividades presenciais ou digitais;

V - compartilhar, ainda que por hiperlink, conteúdos cuja descrição ou imagem se enquadrem nos conceitos federais de pornografia infantil, ato obsceno ou cenas de violência extrema.

§ 1º Não se enquadram na vedação os materiais educativos, de prevenção e enfrentamento às violências, que tratem de forma científica, respeitosa e adequada à faixa etária sobre anatomia, saúde, segurança digital, relacionamentos e prevenção de abuso e exploração sexual, vedada a exibição de conteúdo pornográfico ou obsceno.

§ 2º A adequação etária observará as diretrizes pedagógicas vigentes e as normas federais de classificação indicativa.

CAPÍTULO III

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E USO DE IMAGEM

Art. 5º O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes pela Administração municipal e por terceiros contratados observará:

I - a finalidade específica, a necessidade e a transparência, com informações claras sobre os tipos de dados coletados e seu uso;

II - o consentimento específico e em destaque de pelo menos um dos pais ou responsável legal para dados de crianças, quando exigido em lei; e a consideração do melhor interesse do titular em todos os casos;

III - mecanismos de minimização de dados, anonimização ou desidentificação (ex.: desfoque de rostos, omissão de nomes e geolocalização), sempre que possível;

IV - a indicação do encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO) do Município como ponto de contato.

§ 1º A captação, o armazenamento e a divulgação de imagem e voz de crianças e adolescentes em canais oficiais ou materiais impressos do Município somente ocorrerão com base legal idônea, mediante autorização do responsável legal quando exigida, e com a adoção de salvaguardas técnicas de segurança da informação.





§ 2º É prioritária a utilização de registros que não permitam a identificação do menor (ex.: planos gerais, ângulos que preservem a identidade, avatares ou ilustrações), salvo quando houver interesse público específico e documentado.

§ 3º Os contratos, convênios, termos e instrumentos congêneres firmados pelo Município deverão conter cláusulas obrigatórias de proteção de dados de crianças e adolescentes e de não utilização de sua imagem para fins alheios ao objeto contratado.

CAPÍTULO IV CONTRATAÇÕES, PARCERIAS E EVENTOS

Art. 6º Em licitações, contratações e patrocínios, inclusive de publicidade institucional, o Município incluirá cláusula de obrigatória observância desta Lei, com previsão de rescisão e sanções administrativas, nos termos da legislação de licitações e contratos.

Art. 7º Para a concessão de licenças, alvarás e autorizações de eventos com acesso de crianças e adolescentes em espaços públicos municipais, poderá ser exigido Plano de Proteção de Crianças e Adolescentes, contemplando, no mínimo:

I - controle de acesso e sinalização de classificação indicativa;

II - regras de comunicação visual e sonora adequadas à faixa etária;

III - procedimentos de prevenção e resposta a situações de violência;

IV - termo de ciência quanto à vedação ao uso indevido de imagem de crianças e adolescentes.

CAPÍTULO V EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA E CAPACITAÇÃO

Art. 8º As Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social promoverão ações de educação para a cidadania e segurança digital, com abordagem adequada à faixa etária, voltadas a crianças, adolescentes, famílias e profissionais da rede.

§ 1º Os materiais didáticos, campanhas e atividades deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, as diretrizes curriculares e a legislação educacional, vedada a exibição de conteúdos pornográficos ou obscenos.

§ 2º Sempre que o conteúdo pedagógico envolver temas sensíveis (prevenção de violência sexual, cidadania digital, privacidade, saúde), a escola comunicará previamente as famílias quanto aos objetivos, metodologias e materiais a serem utilizados, assegurada a transparência pedagógica.

Art. 9º O Município implementará programas permanentes de formação para profissionais da rede de proteção (educação, saúde, assistência social, guarda municipal e demais) sobre prevenção, identificação, atendimento e encaminhamento de violações no ambiente digital, podendo firmar parcerias com órgãos e entidades especializadas.





CAPÍTULO VI GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E DENÚNCIA

Art. 10. Fica instituído o Comitê Municipal de Proteção Digital de Crianças e Adolescentes, de caráter intersetorial e consultivo, com a seguinte composição mínima: representantes das Secretarias de Assistência Social (coordenação), Educação, Saúde, Cultura/Desporte, Comunicação Social, Assessoria Jurídica do Município, Conselho Tutelar e CMDCA.

§ 1º Compete ao Comitê:

I - elaborar e propor ao Chefe do Poder Executivo o Protocolo Municipal de Proteção Digital, com fluxos de atendimento, comunicação e encaminhamento;

II - propor instrumentos-padrão (termos de consentimento, avisos de privacidade, checklists de postagem segura, guias para redes sociais);

III - acompanhar a execução desta Lei e divulgar relatório anual com indicadores de implementação.

§ 2º O Comitê poderá convidar, sem ônus, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil, universidades, conselhos setoriais e entidades da sociedade civil para colaborar em grupos de trabalho.

Art. 11. Fica instituído canal municipal de denúncias sobre violações no ambiente digital e uso indevido de imagem de crianças e adolescentes relacionados às ações municipais.

§ 1º As denúncias poderão ser anônimas e serão encaminhadas, quando for o caso, ao Conselho Tutelar e às autoridades competentes, preservado o sigilo.

§ 2º Ao tomar conhecimento de conteúdo ilegal relacionado à pornografia infantil ou exploração sexual de criança e adolescente divulgado em plataformas digitais, os órgãos municipais adotarão as medidas cabíveis no âmbito de sua competência, inclusive notificando os provedores para indisponibilização do conteúdo e comunicando imediatamente às autoridades competentes.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Esta Lei não se aplica a publicidade, eventos, serviços ou produtos não acessíveis a crianças e adolescentes, ressalvadas as obrigações relativas às comunicações oficiais e ao uso de bens e espaços públicos municipais.

Parágrafo único. Considera-se não acessível a criança e adolescente o conteúdo cuja fruição seja efetivamente restringida por mecanismos de verificação de idade, controle de acesso e sinalização adequados.





Art. 13. O Município respeitará a liberdade de expressão, a diversidade e o pluralismo, assegurando que as medidas de proteção aqui previstas não importem censura prévia, devendo a Administração justificar eventual retirada de conteúdo publicado em canais oficiais por violação desta Lei.

Art. 14. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nesta lei para fins de assegurar a sua fiel execução.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor após 90 (noventa) dias de sua publicação.

Agrolândia/SC, 11 de setembro de 2025.

Gianfranco Christiano Mohr
Prefeito Municipal





ANEXO ÚNICO

CLÁUSULA-PADRÃO DE PROTEÇÃO DIGITAL

1. A CONTRATADA obriga-se a não produzir, hospedar, vincular ou divulgar conteúdos que se enquadrem como pornográficos, obscenos, sexualizados ou de violência extrema envolvendo crianças e adolescentes, bem como a não utilizar sua imagem, voz ou dados com fins de engajamento, promoção institucional ou publicitária sem base legal idônea e salvaguardas previstas em lei.

2. A CONTRATADA declara ciência de que o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes deverá observar a legislação federal, comprometendo-se a manter informações claras sobre coleta, uso e compartilhamento, bem como a obter consentimento específico quando exigido, guardar registros de obtenção e adotar medidas de segurança compatíveis.

3. Constituem infrações contratuais: (i) a publicação em canais oficiais ou materiais do projeto de conteúdo vedado; (ii) o uso indevido de imagem de crianças e adolescentes; (iii) a ausência de plano de proteção quando exigível; (iv) o descumprimento de obrigações de transparência e segurança da informação.

4. O descumprimento das obrigações acima sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas em lei e no instrumento contratual, inclusive rescisão, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis.

